

HABEAS CORPUS Nº 568.328 - SP (2020/0073503-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JULIANA PASCUTTI FERREIRA DE OLIVEIRA - SP275887
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALLAN BRUNO SANTOS DE ALKIMIN (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de ALLAN BRUNO SANTOS DE ALKIMIN contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido na Apelação n. 0003264-36.2018.8.26.0635, assim ementado:

"APELAÇÃO - Roubo circunstanciado - Recurso da defesa - Materialidade e autoria demonstradas - Confissão judicial do réu corroborada pelos relatos da vítima e do policial militar - Provas seguras - Condenação de rigor.

Dosimetria da pena - Pena-base no mínimo legal - Reprimendas elevadas em 1/3 pela majorante - Regime inicial fechado - Manutenção - Pluralidade de agentes e utilização de simulacro para subjugar a ofendida - Crime praticado na presença de crianças - Gravidade concreta do delito demanda resposta estatal mais enérgica em sua repreensão - Sentença mantida.

Recurso não provido." (fl. 36)

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, a 5 anos e 4 meses de reclusão, no regime fechado.

A defesa alega que o paciente é primário, ostenta bons antecedentes e todas as circunstâncias judiciais foram-lhe favoráveis e a pena é inferior a 8 anos, tendo direito, assim, à fixação do regime inicial semiaberto.

Afirma ainda que a gravidade abstrata do delito não pode justificar o regime mais grave.

Requer, desta forma, em liminar e no mérito, o estabelecimento do regime semiaberto.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça.

Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro** o pedido de liminar.

Devidamente instruídos os autos, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator